

INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ÁREA DEMANDANTE: ÁREA DE PESQUISA E ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO (APE).

ADVOGADA: Alice Braga Boynard.

CONTRATADO: ANTONIO CARLOS DIEGUES JÚNIOR.

CONTRATO: OCS Nº 0368/2015 – SAP nº 4400001429 – Inexigibilidade de Licitação nº 125/2015.

OBJETO: Prestação de serviços de análise e julgamento das dissertações de mestrado e das teses de doutorado inscritas na 35ª Edição do Prêmio BNDES de Economia, na qualidade de membro externo da Comissão Examinadora, em conformidade com o Regulamento do Prêmio BNDES de Economia, aprovado pela Resolução nº 2.590/2014 – BNDES, Anexo I ao Contrato.

VALOR: Até R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 10 (dez) meses, contados de sua assinatura.

AUTORIZAÇÃO: Do Sr. Diretor da Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico em conjunto com o Sr. Diretor da Área de Administração, em 24/07/2015 e 03/08/2015, respectivamente, no âmbito da IP APE/DEPEQ/GEPEQ3 nº 04/2015, de 21/07/2015.

PRONUNCIAMENTO JURÍDICO: Nota APE/SUP nº 01/2015, de 21/07/2015.


FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO DIRETA: Art. 25, inciso II e § 1º, c/c art. 13, inciso II, da Lei nº 8.666/93.


DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25/08/2015.

CERTIDÕES (VALIDADE)

SRFB/PGFN/INSS: 28/11/2015
CNDT: 27/11/2015

CEIS: indeterminado
CNJ: indeterminado


Alice Braga Boynard
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR1


Mariana Terk Campos
Gerente Substituta
AA/DEJUR/GEJUR1


Marcelo Simon da Silva
Chefe de Departamento
AA/DEJUR

CONTRATO OCS Nº 0368/2015

CONTRATO SAP Nº 4400001429

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 125/2015

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E ANTÔNIO
CARLOS DIEGUES JÚNIOR, NA FORMA
ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, CEP 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e o Sr. **ANTÔNIO CARLOS DIEGUES JÚNIOR**, domiciliado na Avenida Adélia Caleffi Gerbi, nº 755, Centro, Estiva Gerbi – SP, CEP 13.857-000, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 293.982.288-31, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 125/2015, com fundamento no artigo 25, inciso II e § 1º, c/c artigo 13, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, autorizado pelo Diretor da Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico em conjunto com o Diretor da Área de Administração, em 24/07/2015 e 03/08/2015, respectivamente, por intermédio da IP APE/DEPEQ/GEPEQ3 nº 04/2015, de 21/07/2015, publicado no DOU em 05/08/2015, seção 3, página 125, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3101.80.00-30, centro de custo nº BN49001000, observado o disposto na Lei nº 8.666/1993, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços, por parte do **CONTRATADO**, de análise e julgamento das dissertações de mestrado e das teses de doutorado inscritas na 35ª edição do Prêmio BNDES de Economia, na qualidade de membro externo da Comissão

ACD

Examinadora, conforme especificações previstas no Regulamento do Prêmio BNDES de Economia, aprovado pela Resolução nº 2.590/2014 – BNDES, e no Edital do Concurso, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de até 10 (dez) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes do Regulamento do Prêmio BNDES de Economia e do Edital do Concurso, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato, observando-se que os prazos para análise das dissertações e das teses serão definidos pela Comissão Examinadora.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** convocará o **CONTRATADO** a comparecer à primeira reunião, a ser realizada com intuito de:

- I. Esclarecer dúvidas do **CONTRATADO**;
- II. Receber o Termo de Confidencialidade assinado pelo **CONTRATADO**, conforme modelo anexo a este Contrato (Anexo III); e
- III. Dividir os membros da Comissão Examinadora em grupos temáticos que, após análise e classificação dos trabalhos, em consonância com os critérios previstos no Regulamento do Prêmio BNDES de Economia (Anexo I deste Contrato), devem escolher os trabalhos que irão para a fase final.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** convocará o **CONTRATADO** a comparecer à segunda reunião, a ser realizada com intuito de o **CONTRATADO** analisar os trabalhos selecionados na fase anterior, prevista no parágrafo acima, culminando na classificação final das dissertações de mestrado e teses de doutorado, em consonância com os critérios objetivos de julgamento, na forma prevista no Regulamento do Prêmio BNDES de Economia (Anexo I deste Contrato).

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto por meio da Gestora indicada na Cláusula Nona deste Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

AED

BNDES
Assessoria de Planejamento
e Gestão

Parágrafo Único

O objeto será recebido, quando da respectiva execução, mediante Recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, sendo observado que o recebimento do objeto:

- I. Constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- II. Não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia do serviço realizado; e
- III. Não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em duas parcelas iguais, observado o disposto na Cláusula Sexta deste Instrumento e a seguinte composição:

- I. Até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pelo serviço de análise e classificação dos trabalhos que lhe forem atribuídos na primeira reunião, prevista no Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira; e
- II. Até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pelo serviço de análise e classificação dos trabalhos que lhe forem atribuídos na segunda reunião, prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato, com exceção das despesas referentes às passagens ou bilhetes aéreos previstas no próximo parágrafo.

Parágrafo Segundo

Enquanto o **CONTRATADO** se mantiver residente e domiciliado fora dos limites territoriais do Município do Rio de Janeiro, as despesas referentes às passagens ou bilhetes aéreos para a sua participação nas reuniões da Comissão Examinadora no Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ correrão exclusiva e diretamente por conta do **BNDES**, que providenciará e encaminhará ao **CONTRATADO** as passagens ou bilhetes necessários ao seu deslocamento e regresso, observada a Resolução nº 2.598/2014 – BNDES (Regulamento do Prêmio BNDES de Economia, Anexo I deste Contrato).

ACD

BNDES

3

Alice Braga Boynard
Advogada

Parágrafo Terceiro

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto no *caput* desta Cláusula, não será devida indenização ao **CONTRATADO**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quinto

Caso o **CONTRATADO** não compareça a alguma das reuniões referidas nos incisos I e II do *caput* desta Cláusula, não haverá prejuízo em sua remuneração, desde que o **CONTRATADO**:

- I. Justifique sua ausência junto à Comissão Examinadora, que deverá se manifestar sobre sua aceitação; e
- II. Realize todas as análises e serviços prévios à reunião que lhe caibam.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, após a realização de cada uma das duas reuniões previstas nos parágrafos da Cláusula Terceira, por meio de crédito em conta bancária, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Recibo de Pagamento a Autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pela Gestora do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

Parágrafo Segundo

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

ACD

- I. Número da Ordem de Compra/Serviço – OCS e número do Contrato SAP;
- II. Descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. Período de referência da execução do objeto;
- IV. Nome e número do CPF do **CONTRATADO**, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- V. Nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VI. Nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CPF constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VII. Tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- VIII. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- IX. Local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- X. Código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003; e
- XI. Número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP).

Parágrafo Terceiro

Ao documento fiscal, deverão ser anexados:

- I. Certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. Em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;
- III. Demais documentos solicitados pela Gestora do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado; e
- IV. Comprovante de que o **CONTRATADO** recolheu para o Regime Geral de Previdência Social, no mês respectivo, sobre o limite máximo do salário-de-contribuição ou em valor inferior, se for o caso.

Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que

Aco

BNDES

5

couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sétimo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Considerando o prazo de vigência do presente Contrato, não será admitido reajuste ou repactuação de preços, devendo o **CONTRATADO** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- I. O **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, documentos fiscais referentes à prestação de serviços similares ao objeto contratado, alusivos à época da assinatura do Contrato e ao momento do pedido da revisão;
- III. Com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data de assinatura do Contrato e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e

AED

11/11/13

IV. O **BNDES** examinará o requerimento e informará ao **CONTRATADO** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. Caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;
- II. O **BNDES** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. Caso o **CONTRATADO** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao direito.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/1993, ou que entrem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. Manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**;
- III. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. Reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Gestora do Contrato;
- V. Pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou

ACD

BNDES

7

- indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pela Gestora do Contrato;
 - VII. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a adequada execução do Contrato;
 - VIII. Impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
 - IX. Observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitado à Gestora do Contrato, pautando seu comportamento e sua atuação com base nos princípios nele constantes;
 - X. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;
 - XI. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES**, principalmente no que se refere ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;
 - XII. Abster-se de comentar ou revelar os trabalhos e etapas da Comissão Examinadora até a conclusão dos trabalhos, obrigando-se, ainda, a não revelar, a qualquer tempo, os métodos e critérios adotados pela seleção, bem como a avaliação de qualquer das dissertações e das teses, assumindo obrigação de confidencialidade, mantendo sigilo de todas as informações de que tiver conhecimento na qualidade de membro da Comissão Examinadora;
 - XIII. Comparecer, sempre que convocado, ao **BNDES** para participar de reuniões ou prestar esclarecimentos;
 - XIV. Receber as dissertações e teses que lhes forem distribuídas pela Comissão Examinadora para análise;
 - XV. Proceder à análise das aludidas dissertações e teses na forma e prazos definidos pela Comissão Examinadora; e
 - XVI. Acatar e respeitar todas as convocações e determinações feitas pela Comissão Examinadora; e
 - XVII. Observar as regras de impedimento previstas no artigo 6º do Regulamento do Prêmio BNDES de Economia, Anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/1993, ou que entrarem em vigor, constituem

ACD

BNDES

Assinatura e Rubrica

obrigações do **BNDES**:

- I. Realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. Designar, como Gestora do Contrato, a Sra. Cátia Weiss, que atualmente exerce a função de Assessora da Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico, a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. Designar, como substituta da Gestora do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, a Sra. Luciane Paiva D'Avila Melo, que atualmente exerce a função de Gerente na APE/DEPEQ/GEPEQ3;
- IV. Alterar, quando conveniente, a Gestora do Contrato e/ou sua substituta, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;
- V. Fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado à Gestora do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. Colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. Comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:
 - a) Quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) A abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) A aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação do serviço:

- I. Cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. Não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- III. Sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:
 - a) Manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
 - b) Limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação do

ACD

BNDES 9

serviço objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

- c) Informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;
- IV. Entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato; e
- V. Apresentar, antes do início da prestação do serviço, Termo de Confidencialidade, conforme modelo anexo a este Contrato (Anexo III).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Único

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida; e/ou
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

ACD

BNDES

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

As sanções previstas nos Incisos III e IV desta Cláusula também poderão ser aplicadas nas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/1993.

ACD

BNDES

Alice Braga Boynard
Advogada

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

- I. Por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;
- II. Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e
- III. Por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o Contrato, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, o **CONTRATADO** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/1993, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o Contrato o Regulamento do Prêmio BNDES de Economia, o Edital do Concurso e o modelo de Termo de Confidencialidade a ser assinado pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I, II e III do presente Instrumento, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos, prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor.

Acd

11/11/2015
Assinado digitalmente
por [assinatura]

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Alice Braga Boynard, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 15 de ABRIL de 2015.

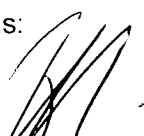

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Eduardo Santos Rizzo
Chefe do Departamento
AA/DEP/...


ANTÔNIO CARLOS DIEGUES JÚNIOR

Testemunhas:

Nome/CPF:


Roscila M. Martins
288.716.736-75

Nome/CPF:


Alice Braga Boynard
288.716.736-75

BNDES

Alice Braga Boynard
Advogada